

EDITORIAL

“[...] Quero trabalhar em paz [...] quero trabalho honesto em vez de escravidão [...] [e] deve haver algum lugar onde o mais forte não consegue escravizar quem não tem chance [...].”¹

Poderia ser só mais um trecho de uma das músicas da banda Legião Urbana, que tanto embalou a juventude dos anos 1980 e 1990 no Brasil. Tragicamente atual, essa música poderia ser cantada, também, pelos trabalhadores brasileiros em face das reiteradas tentativas de encurtar os direitos trabalhistas por parte dos setores que dominam, política, midiática e economicamente, os painéis eletrônicos de votação no Congresso Nacional, sendo a mais recente delas a ameaça da intensificação e do aviltamento das condições de trabalho no contexto do PL 4330/04² sobre a terceirização, aprovado na Câmara dos Deputados em abril de 2015. Esse Projeto de Lei abre caminho para maior desresponsabilização social com a qualidade de vida dos trabalhadores através da invisibilidade das penúrias, do adoecimento e/ou mortes vivenciados/construídos quotidianamente nas relações de trabalho.

De antemão, temos motivos para criticar as diversas formas históricas de terceirização. Agora, mais que nunca, isso é necessário, pois o que era ruim pode piorar. Vejamos que, se, de um lado, é frágil a defesa do trabalho e do trabalhador pelos parlamentares, por outro lado, a história registra, indica e educa: os direitos dos trabalhadores, seja na conquista, na ampliação e mesmo na manutenção, são frutos de intensas lutas políticas.

O desafio é que essas lutas se dão nos marcos de uma democracia que carece ser aperfeiçoada, o que significa dizer que, para deliberar sobre assuntos dessa magnitude, deveriam ser convocados sindicatos dos trabalhadores, movimentos sociais, universidades e seus grupos de pesquisas sobre trabalho, saúde e segurança do trabalhador, associações profissionais diversas e, mesmo, organismos fiscais dos estados, como as Delegacias Regionais do Trabalho, bem como o Ministério Público do Trabalho.

Em um cenário no qual o que se verifica é o recuo da pauta reivindicatória dos trabalhadores, é urgente reafirmar a função social do trabalho como condição humana e que ela não pode e não deve ser determinada, exclusivamente, pelos interesses do capital.

Mesmo na ordem burguesa, o pacto social não pode chegar a esse nível de desigualdade, de legitimar relações de trabalho tão precárias e que já eram perversas no século XIX. Enquanto trabalhadores, e por coerência intelectual, comprometidos com a própria condição de classe, ousamos responder com otimismo à provocação de Chomsky (2002):³ sim, as pessoas são mais importantes do que o lucro! Mas, poderia o trabalho ser fonte de felicidade e de realização para o ser humano?

¹ Versos da canção “Fábrica”, de autoria de Renato Russo, lançada no álbum Dois, da Banda Legião Urbana, em 1986, pela Gravadora EMI.

² Projeto de Lei por meio do qual se pretende regulamentar a terceirização no Brasil. Em tramitação no “Congresso Nacional”, aprovado pelo plenário da “Câmara” com um “emendão” que, dentre outras prescrições lesivas aos trabalhadores, libera a terceirização nas atividades-fim: atividades que estão relacionadas no contrato social ou estatuto da empresa como sendo objetivo principal da mesma.

³ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Creemos que sim. Aliás, o nome desta Revista - Trabalho & Educação - revela essa crença, por meio da primazia do trabalho em relação à educação. É o trabalho que educa, que é protoforma de outras atividades socioculturais. Essa importância se afirma também, dentre outros motivos, pelo que o trabalho engendra na produção da existência, na sociabilidade, na identidade social, no desenvolvimento da técnica e da ciência, na produção da cultura. Entretanto, aos olhos de muitos trabalhadores, os elogios ao trabalho podem ser uma quimera, uma fantasia ou privilégio de poucos. Isso porque, para além de sua condição ontológica, o trabalho possui dimensões históricas que subsumem a sua dimensão humanizadora.

No modo de produção capitalista, trabalho e capital formam um par categorial, par paradoxal, pois o trabalho pode ter uma independência em face do capital e a recíproca não é verdadeira, já que o capital não existe sem o trabalho.

No interior da produção capitalista, com articulações historicamente dadas, o capital se estabelece pela propriedade dos meios de produção, mas precisa, sempre, ter o monopólio no interior do processo de trabalho, uma suspeita necessidade de, por meio da organização do processo de trabalho, inibir a coesão dos trabalhadores. A essa dupla condição do capital, Marx (1975)⁴ vai chamar de subsunção formal e subsunção real.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels já assinalaram que a burguesia precisa, constantemente, revolucionar os meios de produção, algo que se percebe pela longa marcha do capital. Nas últimas décadas, assistimos à chamada reestruturação produtiva, uma mudança, em nível global, do padrão de produção industrial. Seu paradigma atual, o toyotismo, visa intensificar a exploração laboral, capturando as porosidades na organização do trabalho através de uma maior implicação subjetiva do trabalho com a produção. Essa reestruturação produtiva, por meio da reorganização e gestão do processo de trabalho, associada às potencialidades produtivas abertas pela introdução da informática (que favorecem o aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo em plantas industriais mais flexíveis) agregam mais valor ao Capital. Assim, as empresas têm a possibilidade de reduzir a presença dos trabalhadores diretos na produção e, de acordo com suas necessidades, recompor a sua capacidade produtiva numa malha de fornecedores.

É a terceirização, a quarteirização, a quinteirização, precarização em estado bruto e, até mesmo, o trabalho escravo. A partir desse contexto, ocorre um enfraquecimento da representação sindical, dos próprios sindicatos, uma progressiva redução dos salários, a intensificação da jornada de trabalho, um aumento da incidência de acidentes e de mortes no trabalho.

É por essa trilha que podemos tratar a terceirização na atualidade: a reiterada ocorrência da subsunção formal e real do trabalho ao capital, uma necessidade do capital em manter o monopólio da organização do processo de trabalho para restringir a intervenção dos trabalhadores no andamento da produção, promover a diminuição dos ganhos trabalhistas, frear a capacidade de articulação sindical. Seus resultados até agora são a destruição dos direitos trabalhistas, o aviltamento das condições de trabalho e uma gradativa desconsideração da função do trabalho na formação humana.

⁴MARX, Karl. **Capítulo Inédito d'O Capital**. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

Fenômeno global, no Brasil, a legitimação da terceirização tende a ser mais perversa, dada a herança sociocultural da escravidão, a fraca experiência democrática e a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Com efeito, em nossa sociedade, a não remuneração, o autoritarismo, o trabalho infantil, o trabalho escravo e precarizado podem se intensificar quanto mais terceirizada for a relação de trabalho.

Já é possível perceber que, entre os terceirizados, sobram injustiças, salários menores, jornadas intensas, adoecimento, assédio moral e a oportuna anulação e/ou invisibilidade do contratante, o que, sem dúvida, produz a dificuldade de lastrear a relação entre trabalho e capital e, conseqüentemente, de responsabilizar o capital pelos danos causados. A cadeia produtiva que comporta a terceirização não teria dificuldade em estranhar o trabalho escravo contemporâneo, como já indicado em alguns levantamentos.⁵

Se trabalhadores mundo afora rejeitam a experiência com a terceirização, não seria no Brasil, país com inúmeras desigualdades, forte concentração de renda e população pouco escolarizada, que os trabalhadores teriam algum motivo para comemorar. Não é sem motivo que as classes dominantes, por meio de sua capacidade de produzir e difundir uma ideologia, obscurecem o antagonismo entre o PL 4330/04 e a função social do trabalho e saúdam e naturalizam a terceirização, tratando-a como a única forma de tornar as empresas mais competitivas e mais capazes de gerar empregos e se igualarem às aquelas dos países tidos como desenvolvidos.

O risco que o PL gera é transformar empregos estruturados, qualificados ou não, em empregos precários e piores que aqueles decorrentes dos vínculos diretos com o empregador. O projeto encontra-se no Senado Federal. Portanto, há, ainda, uma disputa colocada no nível do parlamento e, por isso, passível de pressão popular. Em última instância, se aprovado no Senado, a presidência tem a prerrogativa do veto. A vermos.

*

Neste número, não por acaso, a capa traz o registro das trabalhadoras terceirizadas da equipe de manutenção da Faculdade de Educação da UFMG. Como a nos lembrar acerca dos nossos objetos de estudo no Campo Trabalho e Educação e reafirmar o compromisso com os(as) trabalhadores(as) reais, no cotidiano de suas tarefas, de suas jornadas, a imagem dispensa palavras, diante do que todos(as) nós nos propomos a pesquisar, a debater, e nos convida à defesa viva do trabalho, particularmente na casa da educação.

Assim, na nossa Seção ARTIGOS, em *A importância da centralidade do trabalho na educação como mediação para uma nova forma de sociabilidade*, Gisele Masson e Carina Darcoletto realizam um estudo bibliográfico e documental e reafirmam o trabalho como categoria ontológica fundamental, porque eleva o homem da sua condição de ser natural para ser social, visto que é através da relação do homem com a natureza, pelo trabalho, que ele transforma a natureza, transformando, portanto, a si mesmo.

⁵ Cf. SAKAMOTO, Leonardo. Trabalho escravo no Brasil de hoje. **Carta Maior**, Seção Direitos Humanos, 9 dez. 2003. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Trabalho-escravo-Brasil-de-hoje/5/1045>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Rearticulando o trabalho da mulher na atualidade com a centralidade do trabalho na organização da vida social, Raquel Quirino, em *Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista*, vislumbra categorias polissêmicas que permeiam os estudos feministas (Divisão Sexual do Trabalho, Gênero, Relações de Gênero e Relações Sociais de Sexo), aprimorando nossa compreensão das relações entre a organização social do trabalho como fundamento estruturante da presença feminina na produção econômica e da vida.

A relação trabalho-saúde comparece, pensada em dois artigos.

Em *Atuação do nutricionista no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: desafios da interdisciplinaridade no cuidado à saúde*, Marta do Amaral e Maria Elisabeth da Silva apresentam “resultados de uma pesquisa sobre a atuação de nutricionistas do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) na perspectiva da interdisciplinaridade do cuidado em saúde, em Chapecó/SC”. As autoras desenvolvem um “estudo de caso exploratório (análise documental, grupo focal e entrevista semiestruturada com 27 profissionais de saúde [...])” a partir do qual são reveladas iniciativas dos nutricionistas do NASF em prol do trabalho em equipe, de forma interdisciplinar e como esses profissionais buscam atuar na “perspectiva da integralidade do cuidado à saúde, apesar de assumirem ainda um papel centrado no atendimento clínico”.

Em outro estudo, *Proposta de protocolo: indicadores de saúde-enfermidade laboral*, Pedro Machado e Paulo Porto-Martins propõem um protocolo de avaliação de indicadores de saúde e enfermidade laboral. O modelo proposto é constituído por “escalas de instrumentos que avaliam o estresse (Inventário de Sintomas de Estresse), *Burnout* (Inventário da Síndrome de *Burnout*), *engagement* no trabalho (*Utrecht Work Engagement Scale*) e resiliência (Inventário de Resiliência)”. Os autores buscam fornecer instrumento quantitativo que contribua para o estudo da saúde no trabalho e, após aplicação dos questionários em uma amostra multiocupacional de trabalhadores, concluem que o protocolo proposto denota ser adequado e promissor para o estudo e aplicação em distintos contextos organizacionais.

Em *Três “fotografias” da luta pela terra em Minas Gerais: luta pela construção de uma sociedade justa e solidária*, por meio da observação participante e da “pesquisa-ação” numa perspectiva dialético-marxista, Gilvander Moreira desvela o modo como o binômio Trabalho-Educação vai assumindo centralidade na luta pela terra e pela reforma agrária, ao narrar os embates na Fazenda Nova Alegria (Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha), no Acampamento Dênis Gonçalves (Zona da Mata Mineira) e na Fazenda Fortaleza de Sant’Anna (Goianá).

Os problemas enfrentados pelos trabalhadores do campo são também objeto de Daniel Souza, Renato Lopes e Paula Sarcinelli no artigo *Intervenção educacional na exposição a agrotóxicos: uma revisão integrativa*. Os autores interrogam-se sobre a eficácia dos cursos de formação para a redução da exposição aos agrotóxicos, categorizando e analisando dois grandes grupos temáticos que aparecem na literatura: Conhecimentos, Atitudes e Práticas (KAP) e Participação Ativa da Comunidade, que se configuram como importante caminho para uma revisão crítica do uso de agrotóxicos. Concluem que uma análise longitudinal situada se faz necessária.

Os problemas relacionados ao envelhecimento, associando-o aos problemas e tempos de atividade laboral são colocados em debate em dois outros artigos.

Em *A (re)construção de contextos e culturas da velhice e do envelhecimento: abordagens da gerontologia social/crítica*, Pedro Rocha, José Alberto Correia e Maria Teresa Medina discutem o conhecimento produzido pela gerontologia social/crítica. Os autores argumentam que “as 3^a/4^a Idades são categorias diferentes das velhices/dos envelhecimentos”, que “existe uma relação social entre agências da política e economia e a formação de contextos/culturas da velhice/do envelhecimento nas 3^a/4^a Idades, que “as pertenças espaciais/temporais dos/as idosos/as reformados/as são um bom analisador das teorias da construção e da reconstrução” e que “não existe um quadro teórico único sobre as pertenças espaciais/temporais devido à capacidade de agência das pessoas idosas reformadas”. A investigação permitiu que os autores indiquem que os idosos assumem a opção de “manter as pertenças ao trabalho e à comunidade da vida ativa”, o que pode ser justificado pela necessidade de ajudar os membros mais novos da família, “numa conjuntura de novas dependências intrafamiliares, provocadas, por exemplo, pela flexibilização e individualização dos contratos sociais”.

Maria Auxiliadora Sá, em *Envelhecimento ou desenvolvimento profissional? Apontamentos para uma discussão sobre trajetórias docentes*, focaliza a trajetória de professores, especialmente do ensino superior. Para a autora, “um novo modo de envelhecer na profissão explica e reforça o recrudescimento de estudos sobre as novas expectativas indicadas pelos relógios social e ocupacional”, o que, conseqüentemente, estaria a colocar uma demanda por “pesquisas sobre as configurações do ciclo de vida profissional na contemporaneidade.” Esse “novo modo de envelhecer”, segundo a autora, “tem um novo *status*, o qual não corresponde mais a uma aceitação passiva do fim do trabalho e, conseqüentemente, da vida”. Dessa forma, a aposentadoria passa a ser pensada como parte de um processo de “envelhecimento enquanto desenvolvimento”, no qual a necessidade e a implementação de “políticas e pesquisas que possibilitem o aprimoramento da formação inicial profissional, mas principalmente a continuidade dessa formação”, permitam aos professores “usufruir dos longos anos que terão pela frente, seja na continuidade de um trabalho prazeroso, seja na busca de novos projetos profissionais e/ou de entretenimento e lazer”.

O trabalho docente também comparece em outros dois artigos.

José Augusto Pacheco e Micaela Marques, em *Formação, conhecimento e trabalho docente em tempos de regulação avaliativa externa*, desvelam as tensões na formação, no conhecimento e no trabalho docente em tempos de avaliação externa/avaliação institucional. Os autores discutem a formação, o conhecimento e o trabalho docente considerando as conseqüências do processo de globalização na escola e no trabalho e inserindo a questão dos saberes docentes no contexto dos Estudos Curriculares e da Didática. Exploram o assunto tratando do “conceito de aprendizagem profissional docente”, abordando o currículo centrado “em resultados *standards* e o impasse em que se encontram os professores quando se discute o estreitamento do currículo e das condições do trabalho docente”.

Trata-se de uma abordagem que leva em conta a realidade portuguesa que, de outro modo, também diz respeito ao contexto brasileiro, já que “num período de grande influência de uma agenda transnacional que define a qualidade da formação em função de critérios produtivistas”, cuja orientação é feita para que se alcancem resultados padronizados, será preciso questionar a formação docente, “não só nas suas políticas, mas também nos seus processos e práticas”.

Em *Precarização do trabalho docente e formação do sujeito crítico: (im)possibilidades e (des)caminhos*, Jéssica Rodrigues e Mary Rangel examinam os discursos de professores de Língua Portuguesa de três escolas municipais de Niterói-RJ acerca da formação do sujeito crítico letrado. As autoras realizaram uma revisão de literatura que constou de três seções, incluindo “o contexto atual de precarização do trabalho docente, lançando mão de autores alinhados ao materialismo histórico e dialético”, além de uma abordagem da “formação do sujeito crítico letrado com ancoragem no aporte freireano” e uma incursão nos “conceitos de linguagem e de ideologia sob a perspectiva bakhtiniana”. Com uma metodologia que incluiu a aplicação de questionários semiestruturados e a realização de grupos focais, as autoras, com base nos dados coletados, concluíram que os professores, “embora reconheçam a importância de seu trabalho no trato com a linguagem para a formação do sujeito crítico letrado, deixam esvair tal necessidade considerando-a utópica”. A constatação preocupante de que “a educação crítica e libertadora [...] é subsumida no praticismo, no ativismo [...]” anuncia a necessidade de que se persista na pesquisa “em busca de entender melhor, como forma de contribuição para um enfrentamento real, os (des)caminhos não só para o ensino de Língua Portuguesa, mas para o ensino na realidade degradante das escolas públicas”.

Questões relacionadas à formação profissional e à articulação teoria-prática são amplamente debatidas nos demais artigos que passamos a apresentar.

O artigo *Formação de competências na Graduação em Engenharia: estudo com docentes de uma Instituição de Ensino Superior privada localizada na cidade de Belo Horizonte*, de autoria de Walnice Machado, Talita da Luz e Kely de Paiva, apresenta uma investigação das “percepções dos docentes em relação à contribuição do Curso de Graduação em Engenharia, na formação e no desenvolvimento das competências profissionais dos discentes”. A pesquisa das autoras envolveu 57 docentes que lecionam na Graduação em Engenharia, coletando dados, tanto de caráter quantitativo (questionários estruturados de acordo com um modelo de competências), quanto qualitativo (entrevistas com 12 docentes; revisão de literatura e documental). Na análise desses dados, as autoras indicam que os resultados permitem “inferir as percepções dos docentes em relação à contribuição que o curso proporciona na formação profissional dos acadêmicos e o que o corpo docente considera que seja uma instituição de ensino ideal”. Para além dessa projeção, consideram que os resultados obtidos podem contribuir para a melhoria na formação ofertada, tanto pela instituição pesquisada quanto para outras de mesma natureza, “no que tange ao processo de ensino e aprendizagem e ao desenvolvimento das competências profissionais necessárias para a inserção de profissionais engenheiros no mercado de trabalho”.

Ainda no que diz respeito à formação do engenheiro, Adriana Tonini e Alexandre Melo, no artigo *Evoluções nos marcos normativos do estágio supervisionado no Brasil: uma análise sobre os aspectos legais e contribuições para a formação de engenheiros*, analisam os aspectos legais e as contribuições do Estágio Supervisionado para a formação em Engenharia. Os autores ressaltam o fato de que o estágio, “como ato educativo, promove a combinação entre o saber (teoria adquirida no ambiente educacional) com o fazer (prática aplicada no mercado de trabalho)” e, daí, a importância de proceder às análises e discussões realizadas. No artigo, os autores tratam do assunto a partir de textos relativos à legislação que normatiza o Estágio Supervisionado, da Portaria n. 1.002/67 à Lei n. 11.788/2008, passando pela Lei n. 6.494/77 e pelo Decreto n. 87.497/82. A Lei de 2008, considerada a Nova Lei do Estágio, o apresenta “como ação pedagógica complementar que visa à qualificação profissional destinada a alunos de vários cursos”.

Embora se esteja tratando de um outro contexto, Louis Durrive aborda o problema da articulação teoria-prática, posto como desafio aos jovens em sua primeira inserção no mercado de trabalho. Em *“Forming one’s experience” from school to an on-the-job training situation*, o autor trata de uma atividade específica dos jovens num determinado espaço laboral e revela que “no solo aplican lo que han aprendido, sino que también enriquecen de primera mano su experiencia”.

Mariana Veríssimo, em *Elementos para construção da noção de saber investido*, colabora na construção da noção de saber investido, partindo dos aportes da abordagem ergológica do trabalho. A autora argumenta que esse saber “nem sempre é revelado ao corpo-si, pois pode ser também inconsciente” e, “por isso necessita ser recuperado para ser colocado em relação com os saberes constituídos para ser acessado por outras pessoas, que lhe conferirão o estatuto de saber acadêmico”. É possível compreender, ao final, a relação dialética entre os saberes, partindo do princípio de que um saber, ao ser sistematizado, constituído, “desencadeia processos internos que irão gerar outros saberes investidos” num processo que encadeia novas formas de produzir conhecimento e saber.

É ainda o saber que está em pauta, como objeto de pesquisa de Fabíula Pires, na atuação didática de professores de disciplinas técnicas, em *O saber docente que orienta a atuação didática de professores de disciplinas técnicas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio*, publicado na nossa Seção de RESUMOS. Com base em revisões bibliográfica e documental e em pesquisa de campo, a autora nos apresenta, na sua dissertação, um quadro de observação em que a prática docente é marcada por “concepções diferentes sobre o ensino, a aprendizagem, a relação professor-aluno, a avaliação e a integração curricular”, concepções que se apresentam “em interação e dispostas tal como em uma ‘caixa de ferramentas’ cujos instrumentos serão utilizados à medida que se fizerem necessários”. Nesse sentido, “o saber docente que orienta a atuação didática dos professores é um saber híbrido em que concepções bem definidas têm os limites de seu território desfeito”, dialogam entre si e “recompõem-se em um novo saber que já se distanciam das raízes originais”.

A problemática dos saberes profissionais permanece no foco dos outros três resumos que publicamos neste número. Em *Preservação dos saberes tradicionais do alfaiate*,

Juliana Barbosa desvela os saberes de um profissional na atividade de confecção de um paletó, peça importante do vestuário masculino. Ana Paula Almeida, por sua vez, em *“É diferente, mas tem muita coisa igual”*. *Diálogos com a clínica da atividade a partir de uma pesquisa com profissionais de Recursos Humanos*, revela as transformações no ofício de psicólogos atuando na área de Recursos Humanos, bem como estratégias coletivas desenvolvidas pelos mesmos para fazer face às novas exigências profissionais. E Natália Valadares Lima apresenta-nos a experiência estrangeira de certificação em *Reconhecimento de saberes do trabalho e certificação profissional: a experiência da Inglaterra*, evidenciando que “o dispositivo de reconhecimento de saberes e certificação profissional na Inglaterra constitui uma tentativa de atestar competências relevantes para o trabalho” e que isso é feito “a partir de critérios de avaliação definidos por empregadores”, buscando formar trabalhadores que se adaptam às demandas do mercado.

Retomando nossa Seção de ARTIGOS, a formação dos jovens é problematizada no artigo *Juventude e projetos de futuro: possibilidades e sentidos do trabalho para os estudantes do IFES*, de autoria de Terezinha Loureiro e Maria das Graças Moulin. As autoras nos trazem a discussão de dados de pesquisa sobre os significados do trabalho para 16 jovens estudantes, de ambos os sexos, com idades entre 16 e 19 anos, concluintes dos cursos do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. As entrevistas semiestruturadas, analisadas com base no *método de interpretação de sentidos*, permitem inferir aspectos centrais na estruturação deste tempo sociocultural de vida considerando, entre outros temas, os de que “o ‘tempo livre’ não é sinônimo de lazer e descanso, sendo muitas vezes utilizado com atividades de aprendizagem para reforçar as obrigações escolares”. O futuro, para esses jovens, “apresenta-se como uma gama de oportunidades e como fonte de incertezas”, e a “atividade de trabalho está no centro da vida”, desempenhando um papel que pode ser considerado estratégico, do ponto de vista de que essa atividade, associada a outras que desenvolvem, integra a “preparação para uma futura profissão” que, por sua vez, ancora “outros projetos como possibilidade de viagens, de realização e mesmo de sobrevivência”.

Ainda nesse âmbito da formação, Christiano Nogueira e Susana Molon, no artigo *Educação Profissional e sua integração com a Educação Básica como espaço de disputa política*, analisam o processo histórico da Educação Profissional e de sua integração com a Educação Básica, considerando os aspectos políticos implicados e a legislação vigente. Nesse contexto, é discutida a efetivação de uma Educação Profissional integrada com a Educação Básica e o papel dos Institutos Federais como uma possibilidade de contribuir para essa perspectiva, com vistas a uma formação da classe trabalhadora com conhecimentos relacionados à ciência, à tecnologia, à cultura. Por fim, são enfatizados os desafios da Educação Profissional como uma formação politécnica.

Ainda tratando da formação profissional no nível médio, Lisângela Gugelmin, Gilson Santos e Edilson Pontarolo tratam do fenômeno da evasão escolar nos Cursos Técnicos de Nível Médio, na Modalidade Subsequente no artigo *Análise estatística de evasão escolar na Educação Profissional do Colégio Estadual de Pato Branco*. Os autores identificam as “taxas de evasão e diplomação dos alunos nos referidos

cursos” e, ao estabelecerem agrupamentos de indivíduos a serem investigados, apontam para a possibilidade de uma futura pesquisa que identifique “fatores que contribuíam ou não para a evasão escolar dos cursos profissionalizantes”.

Espera-se que não sejam esses alunos evadidos aqueles que vão se submeter, retomando a problemática posta inicialmente, aos auspícios da terceirização que ameaça campear em todos os setores. De todo modo, o que se espera, de fato, é que os estudos e problemáticas aqui colocados contribuam para superar esse contexto de ataque ao trabalho e aos(as) trabalhadores(as) e que essa contribuição esteja no horizonte de nossos(as) leitores(as), ao alcance de um olhar crítico e desafiador da realidade.

Boa leitura a todos(as).

Geraldo Márcio dos Santos⁶

Daisy Moreira Cunha⁷

Ailton Vitor Guimarães⁸

⁶ Doutor em Educação pela UFF, Mestre em Educação pela FaE/UFMG e Graduado em História pelo UNI-BH. Professor Adjunto do Departamento de Educação da UFV. E-mail: <gemarcio2000@yahoo.com.br>.

⁷ Doutora em Filosofia pela Aix-Marseille Université, Mestre em Educação pela FaE/UFMG, Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação de Minas Gerais. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social/FaE/UFMG, Diretora do Instituto de Estudos Avançados IEAT/UFMG. E-mail: <daisy-cunha@uol.com.br>

⁸ Doutor em Educação pela FaE/UFMG na Linha de Pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana, Mestre em Tecnologia/Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professor da Carreira de EBTT do CEFET-MG. E-mail: <vitor@deii.cefetmg.br>.